



EDITAL DE LEILÃO de 1ª e 2ª PRAÇA

Prazo: 20 (vinte) dias

André Luiz Monteiro, Juiz de Direito da Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual, da Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de **Execução Fiscal** n. **0927244-26.2024.8.12.0001**, movido pelo **'Estado de Mato Grosso do Sul contra Marinez da S Rocha Ltda**, CNPJ: 31.936.603/0001-23, IE: 284357561, na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is), o(a) senhor(a): Marinez da Silva Rocha, em trâmite perante este Juízo e Cartório da Vara de Execuções Fiscais da Fazenda Pública Estadual, com endereço na Rua da Paz, nº 14 – centro, nesta capital, que, com fulcro no artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil/2015 e regulamentado pelo Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS, por intermédio do portal www.calilleiloes.com.br, o leiloeiro judicial nomeado pelo Meritíssimo Juiz de Direito desta Vara, Sr. Júlio Abdo Costa Calil leva a público pregão de venda e arrematação do bem móvel abaixo descrito, conforme condições de venda constantes do presente edital. Na primeira praça com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às **14 horas** (horário local) e término no dia **21 de outubro de 2026**, às **14 horas** (horário local), entregar-se-á o bem a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem na primeira praça, a segunda praça seguir-se-á sem interrupção, e término no dia **12 de novembro de 2026**, às **14 horas** (horário local), ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta) do valor de avaliação.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):

- a) 01 BALCÃO EM MDF – MADEIRA LAMINADA – DE APROXIMADAMENTE 2M X 1 M, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.
- b) 02 FREEZERES GELOPAR – BRANCO DE 360 LITROS – 220 V, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.
- c) 01 BEBEDOURO ELETROLUX – BC21B – BRANCO, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.
- d) 01 SUQUEIRA – IBBI – 2 CUBAS – CINZA E BRANCO, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.
- e) 01 BALCÃO DE 03 PORTAS DE CORRER NA PARTE INFERIOR- MDF, LAMINADO – 2,5 M APROXIMADAMENTE X 0,50 M, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.
- f) 16 JOGOS DE MESA COM 04 CADEIRAS – DE MADEIRA DOBRÁVEL PARA LANCHONETES, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.
- g) 04 JOGOS DE MESA COM 02 CADEIRAS – DE MADEIRA DOBRÁVEL PARA LANCHONETES, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.
- h) 02 ARMÁRIOS PEQUENOS DE 02 PORTAS EM MDF – MADEIRA LAMINADA, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.
- i) 03 FOGÕES SEMI-INDUSTRIAL EM LINHA- DE 3 BOCAS, confo





penhora fls. 46-49 dos autos.

j) 01 COIFA DE AÇO GALVANIZADO DE APROXIMADAMENTE 3 M- SEM EXAUSTOR, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.

k) 01 BALCÃO EM MDF – BRANCO – DE 2M APROXIMADAMENTE, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.

l) 01 FREEZER HORIZONTAL COM 02 TAMPAS – SEM MARCA APARENTE, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.

m) 01 CLIMATIZADOR VERTICAL – ROTOPLAST, conforme auto de penhora fls. 46-49 dos autos.

AVALIAÇÃO: A avaliação dos bens móveis a serem praceados, é de:

a) AVALIADO EM R\$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

b) AVALIADO EM R\$ 1.800,00 (HUM MIL E OITOCENTOS REAIS CADA), TOTALIZANDO – R\$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

c) AVALIADO EM R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

d) AVALIADO EM R\$ 1.200,00 (HUM MIL E DUZENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

e) AVALIADO EM R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

f) AVALIADAS EM R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS - CADA JOGO), TOTALIZANDO: R\$ 4.800,00 (QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

g) AVALIADAS EM R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS – CADA JOGO), TOTALIZANDO: R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

h) AVALIADOS EM R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS CADA), TOTALIZANDO: R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

i) AVALIADOS EM R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS CADA), TOTALIZANDO: R\$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

j) AVALIADA EM R\$ 1.600,00 (HUM MIL E SEISCENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

k) AVALIADO EM: R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

l) AVALIADO EM: R\$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

m) AVALIADO EM: R\$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), conforme Avaliação de fls. 48-49 dos autos.

ÔNUS SOBRE (S) BEM(NS) À SER(EM) PRACEADO(S): Não existe ônus sobre o bem móvel a ser praceado.

DÉBITOS DE IMPOSTOS: Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas



pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, parágrafo único, CTN).

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EXECUTADA (Comarcas deste Estado): 0803034-29.2026.8.12.0001 - 2ª Vara de Execução de Título Extrajudicial, Embargos e demais Incidentes – comarca de Campo Grande/MS;

0800686-38.2013.8.12.0019 – 2ª Vara Cível – comarca de Ponta Porã/MS.

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): O(s) bem(ns) móvel(eis) se acha(m) depositado(s) com a pessoa de Marinez da Silva Rocha, na Rua Vinte e Cinco de Dezembro, nº 656 - Jardim dos Estados (CEP 79002-504), cidade de Campo Grande (MS) e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça.

CONDIÇÕES DE VENDA: 1) o(s) bem(ns) será(ão) alienados no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

2) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados;

3) não havendo lance superior à importância da avaliação no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo ato, que se estenderá até o fechamento do(s) lote(s) em dia e hora previsto neste edital (art. 25 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

4) em segundo pregão não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação, sendo considerado vil lances inferiores (art. 891. CPC e art. 25, parágrafo único, Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

5) para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

6) durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial www.calilleiloes.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas, não sendo admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances (art. 27 "caput" e parágrafo único do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

7) o interessado poderá adquirir o bem penhorado em prestações, observadas as regras insculpidas no art. 895 do Código de Processo Civil;

7.1) na ocorrência de arrematação parcelada, o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

8) a comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante, será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado (art. 10 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

8.1) se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do



leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

8.2) se houver desistência ou arrendimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma;

8.3) não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (Art. 10, § 1º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

8.4) na concessão de isenção ou anistia após a realização da alienação, a comissão será paga pela parte executada; se a concessão de isenção for anterior a publicação do edital de leilão, não será devida comissão, porém, as despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação devida, anteriormente a publicação do edital.

8.5) no caso de suspensão da alienação judicial eletrônica, em virtude de pagamento do débito à vista ou parcelado ou remição após a inclusão do bem em leilão, será devido ressarcimento pelo(a) executado(a) das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei.

9) homologado o lance vencedor, o Leiloeiro Oficial emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo da execução (art. 28 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

10) o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (art. 29 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

11) não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 31 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

12) o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, art. 23 da LEF e art. 32 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

13) a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (art. 30 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS).

DA TRANSMISSÃO DO(S) BEM(NS): **1)** o arrematante só será imitido na posse após a expedição da carta de arrematação (em sendo bem imóvel) ou mandado de entrega (para bens móveis) pelo Juízo, quando já esgotado o prazo de 30 (trinta) dias constante do art. 24 da Lei nº 6.830/80 para adjudicação do(s) bem(ns) pela Fazenda Pública;

2) desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão



restituídos a este os valores pagos e relativos ao preço do(s) móvel(is) arrematado(s) e à comissão do Leiloeiro Judicial;

3) correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo á transferência do(s) móvel/imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome.

OBSERVAÇÕES:

1) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:

I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;

II - findo o leilão:

a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação;

b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exeqüente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias (Art. 24, LEF).

2) As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, o Provimento Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS ☐ ☐ e os artigos 335 e 358, do CP.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: no escritório do Leiloeiro Judicial, Sr. Júlio Abdo Costa Calil, localizado na Av. Luiz Eduardo de Toledo Prado, 870, sala 1.202, Bairro Vila do Golf, CEP: 14.027-250 cidade de Ribeirão Preto/SP, ou ainda, pelos telefones (16)99637-1425 ou (16)3514-2040 e e-mail contato@calilleiloes.com.br, e no site www.calilleiloes.com.br.

Todas as condições e regras deste Leilão encontram-se disponíveis no Portal www.calilleiloes.com.br. ☐ ☐

Caso não encontrado(s) o(s) devedor(es), fica(m) o(s) mesmo(s) cliente(s), por meio do presente, da realização da hasta pública acima descrita. E, para que chegue ao conhecimento dos executados, terceiros e todos os demais interessados, o mesmo será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo, no endereço supra mencionado. Eu, Mirian Kotsi, Analista Judiciário, o digitei, e eu, Ruan Carlos de Andrade Silva, Chefe de Cartório, o conferi. Campo Grande, MS, 03/09/2026.